

UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DAS CONTINGÊNCIAS CONTROLADORAS DA ESCOLHA POR INGRESSAR NA PROFISSÃO DE CAMGIRL

Yana LINHARES¹

Anna Karoline Schlemper LINHAR²

Juliane FERRON³

yanalinhares@fag.edu.br

RESUMO

A profissão denominada *Camming* atualmente ainda é pouco discutida e estudada, sendo caracterizada como um fenômeno recente no Brasil, que tem se expandido e se popularizado como um ramo do mercado do sexo. O *Camming* é realizado, em grande maioria, por mulheres, denominadas de *Camgirls*, que performam, diante de câmeras, atos eróticos e sexuais em troca de dinheiro e outros bens materiais. A Análise do Comportamento, enquanto perspectiva psicológica que se dedica ao estudo sistemático do comportamento humano, pode oferecer ferramentas pertinentes ao se debruçar sobre algumas das contingências que controlam esse fenômeno social. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi delinear uma interpretação analítico-comportamental acerca de algumas das contingências controladoras da escolha por ingressar na profissão de *Camgirl*. A pesquisa é de natureza básica-exploratória, sendo caracterizada como qualitativa, fundamentada na análise funcional de relatos verbais, realizada por meio da coleta de dados a partir de uma entrevista semiestruturada na modalidade on-line com três mulheres que atuam há 1 ano na profissão *Camgirl*. O estudo evidencia que as mulheres ingressam no *Camming* a partir das expectativas de mudanças, em vista das adversidades vivenciadas, como a privação econômica, os fatores de vulnerabilidade e também a falta de reforçadores familiares. Diante disso, a prática do *Camming* pode ser caracterizada como um comportamento mantido principalmente por contingências de reforço negativo, ou seja, um conjunto de repertórios de fuga e/ou esquiva de ambientes aversivos. Assim, é notória a necessidade e relevância de ouvir e acolher as *Camgirls*, buscando compreender e auxiliar os problemas que a escolha dessa profissão pode acarretar para a vida das mulheres.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. Contingência. *Camgirl*. *Camming*.

¹Psicóloga; Mestra em Análise do Comportamento (PPGAC-UEL); Professora adjunto do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail: yanalinhares@fag.edu.br

²Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz-FAG. E-mail: akslinhar@minha.fag.edu.br

³Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz-FAG. E-mail: jferron@minha.fag.edu.br

A BEHAVIORAL-ANALYTIC INTERPRETATION OF THE CONTINGENCIES CONTROLLING THE CHOICE TO ENTER THE CAMGIRL PROFESSION

Yana LINHARES¹
Anna Karoline Schlemper LINHAR²
Juliane FERRON³
yanalinhares@fag.edu.br

ABSTRACT

The profession called Camming is currently still little discussed and studied, being characterized as a recent phenomenon in Brazil, which has expanded and become popular as a branch of the sex market. Camming is carried out, in the vast majority, by women, called Camgirls, who perform erotic and sexual acts in front of cameras in exchange for money and other material goods. Behavior Analysis, as a psychological perspective dedicated to the systematic study of human behavior, can offer relevant tools when focusing on some of the contingencies that control this social phenomenon. In this sense, the objective of this research was to outline a behavioral-analytic interpretation of some of the contingencies controlling the choice to enter the Camgirl profession. The research is of a basic-exploratory nature, being characterized as qualitative, based on the functional analysis of verbal reports, carried out through data collection from a semi-structured online interview with three women who have worked in the profession for 1 year Camgirl. The study shows that women enter Camming based on expectations of change, in view of the adversities experienced, such as economic deprivation, vulnerability factors and also the lack of family reinforcers. Given this, the practice of Camming can be characterized as a behavior maintained mainly by contingencies of negative reinforcement, that is, a set of repertoires of escape and/or avoidance of aversive environments. Therefore, the need and relevance of listening to and welcoming Camgirls is clear, seeking to understand and help the problems that choosing this profession can bring to women's lives.

Key words: Behavior Analysis, Contingencies, Camgirl, Camming.

¹Psicóloga; Mestra em Análise do Comportamento (PPGAC-UEL); Professora adjunto do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail: yanalinhares@fag.edu.br

²Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz-FAG. E-mail: akslinhar@minha.fag.edu.br

³Acadêmica do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz-FAG. E-mail: jferron@minha.fag.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Análise do Comportamento é uma ciência que tem como objeto de estudo o comportamento humano, sendo orientada pela filosofia conhecida como Comportamentalismo Radical. Seu principal expoente, B. F. Skinner (1904-1990), apresenta-a como a filosofia da ciência analítico-comportamental, que tem como objetivo estudar sistematicamente a relação intrínseca e indissociável indivíduo-mundo (REIS E LAURENTI, 2019). Nesse sentido, o Comportamentalismo pronuncia-se sobre o objeto, o método e os constructos teóricos dessa ciência (LEÃO E LAURENTI, 2009).

Uma das características da filosofia comportamentalista é sua crítica sistemática às explicações mentalistas do comportamento (LEÃO E LAURENTI, 2009; LOPES, 2008; REIS E LAURENTI, 2019). Skinner (1974) argumenta que, entre outros problemas (e.g. REIS E LAURENTI, 2019), tais explicações acalmam a curiosidade, ao mesmo tempo em que paralisam a pesquisa. Classificam-se como explicações mentalistas aquelas que consideram o comportamento como um subproduto de causas mentais, tais como sentimentos, vontade, desejo etc. Em outras palavras, o mentalismo apresenta-se como uma doutrina filosófica que estabelece fenômenos mentais (eventos de natureza diferente da do próprio comportamento) como suas “causas” (BAUM, 1994/2006 *apud* LEÃO E LAURENTI, 2009).

Em contraste a essa tese, o Comportamentalismo Radical entende o comportamento como objeto de estudo autônomo, não utilizando qualquer conceito explicativo que extrapole o domínio do próprio comportamento (LEÃO E LAURENTI, 2009). Essa postura filosófica, portanto, não recorre a conceitos internos, como mente, cérebro etc., para explicar o comportamento. Em vez de usar esses conceitos, entende-se o comportamento como objeto de estudo relacional e, partindo dessa relação, é possível estudar as variáveis que afetam o comportamento humano por meio de contingências de reforçamento (SKINNER, 1953, 1971, 1974, 1981).

Além disso, Skinner (1981) utiliza a teoria da seleção por consequências para elucidar como o comportamento humano é fruto de três histórias: filogenética, ontogenética e cultural. O nível filogenético é o aspecto biológico a nível de espécie, que carrega características anatomofisiológicas e reflexos inatos selecionados por seleção natural que acontece em milhares de anos. O nível ontogenético refere-se a comportamentos que são selecionados por condicionamento operante e respondente na vida do indivíduo. Nesse nível, a seleção está relacionada a aspectos mantenedores, bem como o desenvolvimento do comportamento do organismo de forma individual e à sua relação com o ambiente. Por fim, o nível cultural é

entendido como práticas culturais que são selecionadas na medida em que permitem a sobrevivência da cultura. É por meio dos níveis de seleção por consequência que o indivíduo desenvolve seu repertório comportamental durante a vida.

No âmbito dos estudos, outros temas são caros à Análise do Comportamento, a saber: a dignidade, os valores e a liberdade humana (e.g. SKINNER, 1971). Segundo Skinner (1971), a dignidade e o valor individuais podem ser ameaçados ao se explicitar variáveis controladoras do comportamento dos organismos analisados. Revelado de outro modo, a aprovação social que alguém recebe ao se comportar está diretamente relacionada ao grau de acesso que se tem das contingências controladoras de seu comportamento. Quando essas contingências são conspícuas, não se aceitam elogios: não é comum exaltar uma pessoa que reage em obediência a reflexos, ou, por exemplo, não se aplaude alguém por tossir, espirrar ou vomitar, mesmo que as decorrências sejam consideradas positivas para o indivíduo.

Skinner (1971) caracteriza a presente discussão da seguinte maneira:

Reconhecemos a dignidade ou o valor de uma pessoa quando a louvamos pelo que fez. O grau de louvor que damos é inversamente proporcional à evidência das causas do comportamento. Se não sabemos por que uma pessoa age de determinada maneira, atribuímos seu comportamento à própria pessoa. Buscamos angariar maior crédito para nós mesmos ao ocultarmos as razões de determinados procedimentos, ou alegarmos razões menos poderosas para agir [...] Admiramos as pessoas na medida em que não podemos explicar o que fazem, e nesse caso a palavra “admirar” significa “maravilhar-se com” (SKINNER, 1971, p. 50).

Assim, em uma perspectiva analítico-comportamental, a atribuição de dignidade ou valor a indivíduos é inversamente proporcional ao grau de conhecimento acerca das variáveis controladoras de seu comportamento. Se o motivo pelo qual uma pessoa age não está claro, atribui-se seu comportamento à própria pessoa, ou a alguma instância interna que seria, em tese, responsável por causar tal comportamento. Procura-se, assim, obter maior crédito ao se tornar menos explícitas as variáveis determinantes de comportamentos, ou ainda ao se apontar razões menos poderosas para agir. Evita-se passar por cima de elogios dados a outras pessoas, controlando-as de modo sutil. O que se chama de dignidade, enfim, parece dizer respeito à preservação do valor devidamente dado a alguém (SKINNER, 1971).

Do ponto de vista científico, o comportamento humano é determinado por uma herança filogenética, que pode ser reconstituída por meio da história da evolução das espécies, bem como pelas circunstâncias do ambiente a que esteve exposto. O valor atribuído aos objetos não parte de um julgamento livre e autônomo; um julgamento de valor é uma questão do efeito de reforço de um objeto. Realizar um julgamento de valor, qualificando algo como bom ou mau, é classificá-lo com referência a seus efeitos reforçadores. Desse modo, o efeito

de alguns reforçadores tem relação com seu valor de sobrevivência no curso da evolução. Algumas coisas são reforçadas positivamente, e outras negativamente, em razão das contingências de sobrevivência em que a espécie evolui. Outros reforçadores são condicionados, isto é, surgem de um processo no qual um estímulo, a princípio neutro, associa-se a um estímulo reforçador já estabelecido, tornando-se um reforçador efetivo (SKINNER, 1971).

Nessa mesma linha de raciocínio, Skinner (1971) ainda argumenta que, na perspectiva analítico-comportamental, o conceito de liberdade não existe. A liberdade é a relação do indivíduo com o ambiente que controla comportamentos e seleciona aqueles que estiverem melhor adaptados à própria relação. Desse modo, quanto maior for o grau de contingências reforçadoras positivas no ambiente, entende-se que maior será a liberdade, pois maior é a probabilidade de o indivíduo realizar escolhas genuínas. A busca do ser humano pela liberdade, portanto, não se deve somente à vontade ou à própria capacidade de ser livre, mas aos comportamentos característicos do ser humano e suas contingências controladoras. Sendo assim, a luta pela liberdade refere-se tanto à busca por reforçadores positivos quanto à eliminação ou evitação daqueles aspectos do mundo caracterizados como aversivos (SKINNER, 1971).

Ainda, Skinner (1971 *apud* FERNANDES e DITTRICH, 2018) argumenta que uma das condições identificadas na caracterização da noção de liberdade é a ausência de controles aversivos nas contingências comportamentais, tanto em curto quanto médio e longo prazo. Nesse sentido, o grau de liberdade está relacionado ao número de alternativas comportamentais em determinada ocasião e, para que as escolhas se caracterizem como genuínas, a quantidade dessas possibilidades comportamentais e a disponibilidade das contingências reforçadoras devem ser pariformes (FERNANDES & DITTRICH, 2018).

Diante disso, parece possível lançar luz sobre alguns fenômenos sociais a partir de um viés analítico-comportamental. O *Camming* é um desses fenômenos, caracterizado como um ramo recente no mercado do sexo, que tem se expandido e se popularizado. É realizado principalmente por mulheres que performam, diante de câmeras, atos eróticos e sexuais em troca de dinheiro e outros bens materiais (CAMINHAS, 2021).

De acordo com Bergamasco (2015), a mulher e a sexualidade feminina são vistas na sociedade por meio dos moldes e estereótipos patriarcais, sendo objetificadas, descaracterizadas e associadas ao pecado, imoralidade e sedução, muitas vezes, consideradas submissas e/ou indefesas, cumprindo um papel desfavorável perante a figura masculina. Segundo Beauvoir (1949/1980), ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Sentir-se como tal é

um exemplo. Com efeito, nota-se a importância da busca das mulheres pela autonomia de seus próprios corpos. Ainda para Beauvoir (1949/1970), a presença no mundo requer um corpo e, portanto, a mulher exibe um corpo. Todavia, somente o corpo não define a mulher, logo, não justifica a posição que ela ocupa na sociedade (SILVA e LAURENTI, 2016).

Fonai e Delitti (2007) argumentam que, até meados do século XIII, as mulheres não possuíam nenhuma fonte de remuneração. Dessa forma, sua sobrevivência econômica baseava-se no casamento, em fazer parte do clérigo ou na prostituição. No Brasil, em 2012, a atividade de profissionais do sexo foi regulamentada a partir do Projeto de Lei 4.211/2012, por meio da ativista Gabriela Leite, a qual defende os direitos das trabalhadoras dessa categoria. O Código Brasileiro inclui a prostituição como uma ocupação, não sendo considerado crime na legislação brasileira. O Art.230 do Código Penal Brasileiro caracteriza como crime o rufianismo ou o favorecimento à prostituição.

Caminhas (2021) caracteriza o *Camming* como um fenômeno recente no Brasil, surgido em solo brasileiro entre 2000-2002. Outrossim, a autora menciona que a década de 2010 foi um marco importante na trajetória dessa profissão, em virtude da diversificação e popularização do *webcamming* erótico comercial, devido ao aumento de *websites* relacionados, e também maior visibilidade e acesso por parte dos usuários inseridos nesse meio. Barbosa (2017) argumenta que, no Brasil, ainda há certo pensamento, advindo do senso comum, acerca da percepção do trabalho sexual ser caracterizado como crime. Destaca-se, aqui, que a profissão *Camming* não se confunde com a prostituição – vez que é entendida como uma categoria de *websexo*, com características que a aproximam mais da pornografia (BARBOSA, 2017).

O *Camming* é realizado, em grande maioria, por mulheres, denominadas de *Camgirls*. Não obstante, há também *Camboys* inscritos nos sites, como o *Privacy*, realizando o mesmo trabalho de performances eróticas, podendo ou não revelar a identidade, bem como fantasiar-se, variando de acordo com os desejos dos usuários (CAMINHAS, 2021). Ademais, Bernardi (2021) aponta que é recorrente que *Camgirls* transitem para outros ramos do mercado sexual, como o da pornografia, trabalhando para produtoras pornográficas ou produzindo seus próprios conteúdos de forma independente e amadora; assim, distribuem-nos em sites, como *Pornhub* e as plataformas de assinatura, a exemplo do *OnlyFans*, sem considerar também a venda e divulgação de conteúdos e serviços em redes sociais comuns, como *Twitter* e *Instagram*.

A discussão comportamentalista sobre a liberdade e a dignidade pessoais parece ter fôlego para respaldar uma análise do fenômeno alhures apresentado. Isso significa que a

filosofia skinneriana pode fornecer ferramentas úteis na compreensão da prática de *Camming* ao se debruçar sobre algumas das contingências que controlam esse e outros fenômenos sociais. Dois pontos são, aqui, importantes, quais sejam: (i) a discussão a respeito de quais contingências fortaleceriam – no sentido de promover sua seleção e manutenção – tal prática e; (ii) se há, nessa perspectiva, possibilidade de admitir-se escolha, por parte de *Camgirls*, em permanecer nesse contexto. Diante do presente panorama, o objetivo geral deste trabalho é delinear uma interpretação analítico-comportamental acerca de algumas das contingências controladoras da escolha por ingressar na profissão de *Camgirl*.

2. MÉTODO

A presente pesquisa é de natureza básica-exploratória (GIL, 2002), sendo caracterizada como qualitativa a partir da análise funcional de relatos verbais (SKINNER, 1957), compreendida como uma ferramenta do comportamentalismo radical que utiliza o modelo de seleção por consequências com o funcionalismo e o advento do conceito de operante. Assim, a análise se volta às funções das respostas e aos modos com que essas mudanças produzidas afetam a probabilidade de comportamento futuro (NENO, 2003). A pesquisa classifica-se, dessa forma, pois utilizou-se uma entrevista semiestruturada visando ao cumprimento do objetivo de delinear uma interpretação analítico-comportamental acerca de algumas das contingências controladoras da escolha por ingressar na profissão de *Camgirl*.

Os critérios de inclusão para participar da pesquisa foram ser mulher cis ou trans, sendo cis o indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu, e trans quem se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento (CAMPOS, 2018); ser *Camgirl* há pelo menos 1 ano, podendo estar ou não ativa na profissão; e ter entre 18 a 40 anos. Como instrumento de pesquisa, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com 16 questões norteadoras, que visavam investigar as contingências controladoras mais predominantes na vida das participantes, objetivando identificar relações exploratórias, aversivas e/ou reforçadoras em cada um dos relatos acerca da escolha por ingressar na profissão de *Camgirl*.

As participantes foram recrutadas em redes sociais (*Tik Tok*, *Instagram* e *WhatsApp*). Um texto padrão foi encaminhado convidando-as; em seguida, o formulário com o TCLE foi enviado e, após coletada a assinatura, foi combinado data e horário para a realização da entrevista semiestruturada, conforme disponibilidade de cada uma. As entrevistas ocorreram de forma on-line, por meio da plataforma *Google Meet*. Portanto, ao iniciar a ligação, as

pesquisadoras solicitaram a autorização para iniciar a gravação e reforçaram os direitos das participantes, citados no TCLE. Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas para posterior análise. Para a análise dos dados, foi realizada uma interpretação analítico-comportamental baseada na análise funcional molar dos relatos verbais obtidos ao longo da pesquisa (SKINNER, 1957). Foi buscado verificar contingências pontuais (comportamentos específicos) e também mais abrangentes (aspectos de histórico de vida) (MEYER et al., 2015).

3. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 3 mulheres, sendo 2 cis e 1 trans, entre 18 e 40 anos, que estavam no mínimo há um ano na profissão de *Camgirl*. A entrevista levou em média de 30 a 40 minutos. Visando à importância do sigilo e anonimato das participantes, elas foram identificadas como P1, P2 e P3. Por conseguinte, serão apresentados os principais trechos das transcrições que contribuíram para a compreensão dos padrões comportamentais, de modo a explicitar as contingências controladoras do comportamento da escolha por ingressar na profissão de *Camgirl*.

A análise dos resultados aconteceu a partir do relato verbal das *Camgirls*, nos quais foi possível analisar algumas contingências, tais como a privação econômica, contexto familiar desestruturado, fatores de vulnerabilidade, anonimato, reforço imediato e fuga e/ou esquiva de ambientes/situações aversivas. O principal aspecto observado como agente controlador e mantenedor do *Camming*, nos relatos das participantes, foi a privação financeira.

3.1 A contingência de privação econômica

A privação financeira, a qual está atrelada à agência de controle economia, é uma das principais contingências presentes no discurso das participantes. Essa agência de controle utiliza reforçadores positivos para controlar o comportamento, pois influencia o indivíduo a se comportar de modo extenuante e danoso à saúde física e também mental. Isso acontece em troca do acesso a reforçadores primários, sendo os reforçadores que permitem a sobrevivência da espécie, garantindo acesso às necessidades básicas, como comida, roupas, abrigo, etc. (SKINNER, 1953).

Diante dos relatos das participantes, de que teriam crescido em famílias de classe média, foi possível perceber que liberdade e autonomia financeira não eram uma realidade tão palpável antes de ingressar na profissão, como pode ser observado no relato de P3:

Tipo assim a gente tinha uma vida normal, na minha família não era assim difícil, a gente tinha uma vida normal porque assim, como posso dizer a gente não era rico, mas a gente tinha uma família tradicional brasileira, sabe? A gente não passava fome. Mas eu ficava revoltada porque eu queria ter minhas coisas de cabelo, e umas coisas assim, de sempre precisar, sabe? Eu queria ter isso, eu não podia. [sic].

Nesse mesmo contexto, P2 também indicou a privação financeira como um forte influenciador na escolha dessa profissão:

(...) eu tive problemas com a minha recuperação da cirurgia. Eu gastei muito, fiquei muito endividada e o quanto eu trabalhava como caixa, eu não tinha como eu continuar sobrevivendo e pagando minhas dívidas. Então foi aí que eu vi uma oportunidade de conseguir sair desse fundo do poço, assim digamos. [sic].

Além disso, nesse cenário de privação financeira, pode-se observar o reforço positivo imediato, em vista de que o *Camming* pode proporcionar dinheiro de forma rápida ou “fácil”, como observado na fala de P1: “*E querendo ou não, essa profissão realmente é uma forma mais fácil de ganhar dinheiro*” [sic]. No relato de P2 também: “*Ali eu vi uma oportunidade de uma coisa que eu conseguia fazer e teria um retorno mais rápido, né?*” [sic]. Skinner (1953/1974) argumenta que, quando se considera uma relação reforçadora positiva, nota-se a produção de uma consequência, decorrente de uma ação. Em outras palavras, o reforço positivo surge a partir do acréscimo de determinado evento (consequência) na relação organismo-mundo, aumentando a probabilidade de o comportamento ocorrer novamente.

Os reforçadores positivos imediatos podem estar atrelados ao fato de que o dinheiro funciona como um reforçador generalizado na cultura em que essas mulheres estão inseridas. Skinner (1953) aponta alguns reforçadores generalizados que se originam quando o comportamento é reforçado por outra pessoa, como atenção e aprovação. Entretanto, o dinheiro ou outros bens geram ganhos imediatos, que estão relacionados com outras privações, como alimento, lazer etc. Portanto, quando o indivíduo recebe pagamento em dinheiro por seus serviços, é válido afirmar que aquele comportamento foi selecionado e reforçado. Dessa forma, observa-se que o dinheiro pode ter maior efeito reforçador. Tal fato pode ser afirmado no discurso de P2:

(...) a gente fica muito eufórica porque a gente ganha por minuto. Então assim, enquanto a pessoa está ali pagando nosso chat privado... A gente está ganhando por um minuto. Em cima da nossa tela tem até um cronômetro que é de dinheiro, sabe? A gente começa a ver o dinheiro subindo, subindo e a gente fica mais animada para ganhar mais. Então é muito animado. [sic].

Posto isso, compreende-se que o dinheiro é um grande reforçador/mantenedor no contexto do *Camming*, visto que pode oferecer autonomia e liberdade financeira, devido aos reforçadores primários que oferece, como já supracitado acima. Muitas mulheres procuram a profissão não só com intuito de se estabelecer/restabelecer financeiramente, partindo do entendimento de que muitas vezes não se torna uma fonte de renda somente para a mulher em si, mas também para o sustento de familiares, como visto no relato de P1:

Porque o dinheiro move tudo, cara. Infelizmente. Muitas pessoas falam que o dinheiro não traz felicidade. Mas o dinheiro traz um pão pra você comer. O dinheiro paga uma conta de luz. O dinheiro paga a sua mãe, por exemplo, que você está devendo. Porque eu pago aluguel para a minha mãe. Minha mãe é desempregada e minha mãe cuida da mãe. Então minha mãe precisa de mim. Ela precisa do aluguel que eu pago para ela. Então pensa como é a situação de você não conseguir trabalhar em um emprego comum e ver a sua mãe passando dificuldade, uma hora você fala “não vou ter que abrir mão de tudo isso e fazer. Então com certeza pelo dinheiro. [sic].

Skinner (1979) argumenta que, da mesma forma que o comportamento é positivamente reforçado pelos grupos, os bens são oportunos quando compreendidos no sentido de serem reforçadores positivos. Ainda, o autor exemplifica que o controle econômico induz o sujeito a realizar um trabalho em troca de dinheiro ou bens materiais. Nesse sentido, outro ponto relevante a ser discutido no âmbito da agência de controle econômica é o trabalho com CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que foi criado a partir do Decreto-Lei n. 5.452/1943, com objetivo de regularizar as relações trabalhistas. É nessa legislação que os direitos e deveres dos empregados e empregadores são estabelecidos, sendo esses: jornada de trabalho, férias, aviso prévio, remuneração, normas de segurança etc. (SENADO FEDERAL, 2017). O trabalho com CLT foi abordado no discurso das participantes como algo aversivo, podendo ser observado na fala de P3:

Não trabalhar para alguém acho que realmente... eu continuo firme todo dia simplesmente porque eu tenho na minha cabeça todos os dias que eu não quero trabalhar pra alguém e é mais... É... Assim, uma coisa que não dá mesmo pra mim. [sic].

P1 também aborda essa questão, relatando:

Eu tenho contado nos dedos, às vezes, que eu trabalhei no emprego CLT, sabe? E todas as vezes que eu trabalhei com essas coisas, eu... Mano, me usaram ou eu me senti muito mal ou briguei com alguém. [sic].

Meirelles (2010) argumenta que, quando o indivíduo está inserido em um ambiente que se apresenta punitivo, ou que seja controlado apenas pelo reforçamento negativo, a fuga e a esquiva podem ser muito presentes no ambiente. De forma simplista, explica-se que o comportamento denominado de fuga/esquiva surge a partir do reforçamento negativo, entretanto, ressalta-se que podem não ser eficazes, pois o evento aversivo está sujeito a ocorrer novamente (FONAI e DELITTI, 2007). O comportamento conhecido como fuga ocorre quando o evento aversivo está em processo e é interrompido, enquanto o comportamento de esquiva evita a ocorrência de eventos aversivos (SKINNER, 1953, 1974).

Nessa questão, também se nota grande influência do controle aversivo. Quando determinado comportamento está sendo controlado aversivamente, o indivíduo que emite esse comportamento tende a evitar uma nova exposição a esse controle (SKINNER, 1953). Partindo dessa ideia, entende-se que o indivíduo, sob o controle do reforçamento negativo, por exemplo, no CLT, responderá com função de esquivar-se ou conter algo indesejável que está acontecendo em determinada situação, podendo ser essas as punições no ambiente de trabalho.

3.2 A contingência relacionada a fatores de vulnerabilidade

Durante as entrevistas, foi possível observar que cada uma das entrevistadas possui um fator de vulnerabilidade, que acabou influenciando a escolha por ingressar na profissão de *Camgirl*, por isso, faz-se necessária a discussão a respeito desses fatores.

3.2.1 Transfobia

Um dos fatores de vulnerabilidade analisados durante as entrevistas foi o do preconceito sofrido por uma das participantes, pelo fato de se identificar como uma mulher trans. De acordo com Zin, Gama e Reis (2022), existe um controle discriminativo sobre as pessoas que se identificam com o gênero trans. Há uma discrepância na maneira como essas pessoas são tratadas, o que difere da forma como são considerados aqueles que se identificam com o gênero cis, punindo as experiências ou práticas que, na visão do senso comum, não estão de acordo com a anatomia sexual exibida por esses indivíduos. Dessa forma, essas pessoas são vistas como inferiores, o que ocasiona a discriminação, o preconceito e o distanciamento social. Na melhor das hipóteses, transgêneros são vistos como sendo dignos de pena, e na pior, de ódio. Esse preconceito pode ser observado na fala da P2:

Mas pelo fato de eu ser uma mulher trans, quando eu trabalhava CLT eu passava por muitas coisas que me afetavam com preconceito dentro de empresa. Eu já cheguei a ser agredida fisicamente dentro de uma empresa. Eu já sei que eu sofria muito assédio dentro de uma empresa. E pra trabalhar em casa, pra mim, é mais vantajoso, é mais seguro. Então por isso que eu continuo trabalhando como Cam. [sic].

A falta de acolhimento e suporte presente nos contextos sociais das pessoas trans pode influenciar as dificuldades para a sua inserção no mercado de trabalho. Isso se mostra relevante porque o trabalho, ao longo do tempo, assumiu um papel central na formação da identidade pessoal de cada indivíduo, sendo atualmente dotado de múltiplos significados que implicam diversas dimensões da vida humana. Oferece possibilidades de inserção social, prazer, inovação, resistência e criatividade, sendo que a precarização do trabalho pode gerar sentimentos de humilhação, indignidade e de não pertencimento, podendo causar desgaste mental, sofrimento e adoecimento (SOUZA et al., 2019).

Ainda, segundo Souza et al. (2019), a transfobia faz com que esses indivíduos se sintam constrangidos, humilhados e expostos quando buscam uma atividade remunerada, visto que são poucas oportunidades encontradas no mercado de trabalho formal, já que a realidade de violência e preconceito é vivenciada por essas pessoas que se identificam como transexuais. Diante disso, é necessário enfrentar a cisheteronormatividade, que se refere a pessoas que, durante sua vida, se identificam com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento, considerando-a como uma construção que nega e exclui o “diferente”. Dessa forma, gera sofrimentos significativos e socialmente determinados, visto que a transexualidade foi construída como um desvio e patologia (MATTOS e CIDADE, 2016).

Para Zin, Gama e Reis (2022), as práticas culturais de cisheteronormatividade são mantidas pelas agências de controle de forma simultânea. As agências atuam na colaboração para a manutenção dessas práticas devido à preservação de atitudes conservadoras em relação ao binarismo de gênero e também da sexualidade, criando ambientes hostis e invalidantes. Existe a ideia de que pessoas trans são perigosas, relacionadas à criminalidade, promíscuas e sem caráter, o que faz com que, muitas vezes, essas pessoas vivam em regime de exclusão social e se concentrem na prostituição.

P2 relata essa dificuldade no mercado de trabalho, em sua fala:

Naquele momento ali era a melhor alternativa que eu tinha. Eu não queria ir para a rua de prostituição. Aonde eu trabalhava eu estava sofrendo preconceito e assédio. Então o que eu ia fazer né. Então, enfim, ali eu vi uma oportunidade de uma coisa

que eu conseguia fazer e teria um retorno mais rápido, né? Porque ali é um retorno bem mais rápido. [sic].

De forma geral, para essas pessoas, existem contingências socialmente arranjadas no ambiente físico e social que limitam o acesso a espaços públicos e excluem o reconhecimento social e profissional, diminuindo oportunidades de emprego no mercado de trabalho formal e dificultando o acesso a posições socialmente consideradas dignas. Da mesma forma, a prostituição pode ser uma das poucas condições disponíveis como fonte viável de conseguir recursos para sobrevivência diária (ZIN, GAMA e REIS, 2022).

É possível que, por questões de segurança, o anonimato presente no mercado do *Camming* efetive-se por razões estratégicas, por conta desse preconceito sofrido. Isso torna a profissão sedutora especialmente para aqueles que vivenciam essa realidade e se dispõem a abrir mão de sua privacidade, não se furtando de compartilhar sua intimidade sexual com pessoas, virtualmente, em busca de retorno financeiro (BARBOSA, 2017).

3.2.2 Deficiência física

Outra questão a ser discutida na contingência de fatores de vulnerabilidades é a deficiência física, visto que pode ser também um fator que ocasiona a exclusão social. Mesmo havendo a legislação em vigor há mais de 30 anos, os indivíduos ainda encontram dificuldade de inserção no mercado de trabalho; muitos empresários ainda não se adaptaram a essa norma e alegam que a pessoa com deficiência não está apta para exercer o trabalho dentro da empresa. Assim, a pessoa com deficiência sente-se discriminada, alegando falta de condições para se adequar ao trabalho (BENATTI, 2021).

Para Silva, Prais e Silveira (2015), algumas sociedades não estão preparadas para lidar com as diferenças, o que promove a discriminação. Isso porque, para que ela seja vista como inclusiva, é preciso acolher todos os indivíduos, respeitando suas limitações e particularidades que causam estigmas e criam estereótipos, o que dificulta a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas privadas.

Ainda, os autores ressaltam como a pessoa com deficiência necessita de horários mais flexíveis, pois, devido à sua condição física/médica, precisa de tratamentos de reabilitação, como fisioterapia, fonoaudiologia ou terapia ocupacional. Dessa forma, a adoção de esquemas de horários mais maleáveis ajudaria no bem-estar desses indivíduos e permitiria um olhar mais humanizado, a fim de que possam ter qualidade de vida e exercer de forma mais produtiva seu trabalho. A falta de informação por parte das empresas sobre essas condições

dificulta a contratação e a permanência deles no trabalho (SILVA, PRAIS e SILVEIRA, 2015).

É possível observar, na fala da P3, essa dificuldade como sendo uma motivação para a escolha do *Camming*:

Eu esqueci de mencionar isso, mas é que eu não posso trabalhar também CLT por conta que eu tenho um deficiência no meu pé. Então, isso dificulta demais. Eu não posso nem ficar nem muito tempo sentada, nem muito tempo em pé, andando pra cá, é uma coisa que me impede também. [sic].

As empresas estão despreparadas para lidar com esses indivíduos e reconhecer suas necessidades e potencialidades, o que gera desvantagens no ingresso do trabalho. Quando a adaptação não é realizada, esses indivíduos não conseguem ser autônomos e mostrar essa potencialidade e capacidade, não trabalhando de maneira produtiva ou em igualdade com os demais. Ao assegurar um ambiente de trabalho acessível, seguro e acolhedor, as empresas estarão promovendo saúde, uma vez que condições de vida e trabalho determinam as condições de saúde dos indivíduos que possuem algum tipo de deficiência (SILVA, PRAIS e SILVEIRA, 2015).

3.2.3 Transtornos mentais

Ainda sobre os fatores de vulnerabilidade, outra questão que surgiu, principalmente no relato de P1, é a relação dos transtornos mentais com dificuldades enfrentadas na sua vida. Pode-se observar fragmentos referentes ao Transtorno de Personalidade Borderline no discurso de uma participante:

E assim, eu meio que juntei útil ao agradável, porque assim, eu tenho transtorno borderline. Então... É um negócio difícil, sabe? Socialmente é muito difícil. Eu tenho muita dificuldade social com as pessoas e assim, eu acabo me fudendo muito, né? Querendo ou não, as pessoas acabam, tipo, subindo as suas costas porque você é boazinha demais, aí quando você explode, você sai completamente errada e, mano, pra mim é um negócio que, tipo, me dificultava muito. [sic].

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) IV (APA, 1995), no Transtorno de Personalidade Borderline, o indivíduo apresenta um padrão instável no que se refere a relacionamentos interpessoais, autoimagem, afetos e padrões constantes de impulsividade. Sousa (2003) aponta que indivíduos com diagnóstico de Borderline em geral apresentam sentimentos de impotência e confusão, afirmando não saber

quem são, do que gostam, ou o que esperam da vida, como pode ser visto na fala de P1: “Olha, um dos motivos de eu tá nessa profissão é porque eu me sinto fora da caixinha, eu não me sinto achando uma coisa que eu goste, uma coisa que eu seja boa, sabe?” [sic]. Seus comportamentos, tanto os públicos quanto os privados, podem ser contraditórios entre si e mudam rapidamente.

Sousa (2003) também explica que, na maioria dos casos, a pessoa pode se isolar, criando um contexto para ser ela mesma, livre do controle dos outros. Muitas pessoas com esse repertório buscam esquivar-se tanto fisicamente quanto emocionalmente das outras pessoas. Assim, não propiciam oportunidade para que os outros as controlem.

P1 discorre sobre isso:

Você não tem bateria social, sabe? Porque você já tem que lidar socialmente com muitas pessoas. Eu acho que isso já é do border mesmo. Não sei se isso acontece com outras criadoras de conteúdo, com outros diagnósticos. Pelo menos comigo isso acontece muito. Eu tenho uma puta dificuldade de responder às pessoas, mesmo com assuntos normais ou não e inclusive, na minha infância, pré-adolescência, adolescência, eu tinha muitos problemas com os meus amigos porque eles falavam que eu sumia, que eu não dava resposta e tal. Então, assim, eu acho que isso é muito relativo. No meu caso, pelo menos, é mais por essa pressão de ter que responder. Eu não consigo explicar o porquê, mas eu simplesmente não consigo responder. [sic].

Nesse sentido, a Análise do Comportamento, ao se referir aos transtornos mentais, como o Transtorno de Personalidade Borderline, enfatiza que determinados comportamentos são modelados pelas contingências às quais o indivíduo é exposto no decorrer da sua vida, de maneira que ele busque, no ambiente social, como deve se comportar (SOUSA, 2003). Ainda nessa discussão, Skinner (1953) conclui que a personalidade é aprendida e consiste no repertório de cada indivíduo, de forma que, em uma linguagem comportamentalista radical, assimilam-se quais comportamentos são eficientes na obtenção de reforçadores em determinadas circunstâncias.

Levando em consideração o discurso da participante, nota-se que a atividade do *Camming*, quando colocada frente ao transtorno, oferece uma fuga e esquia das punições que podem ser vivenciadas perante as dificuldades encontradas no decorrer da vida, podendo ou não estar ligadas às características do transtorno e seus sintomas nos comportamentos do indivíduo.

3.3 A contingência do contexto familiar

A escolha pela profissão de *Camgirl* pode causar a eliminação de determinados ambientes aversivos por meio de comportamentos de fuga e/ou esquiva, que é resultante do reforço negativo. Um exemplo pode acontecer no contexto familiar, algo presente nos relatos das participantes. P1 afirma: "*Olha, a minha família é uma desgraça ambulante*" [sic]. Além disso, P3 também relata:

Eu nunca fui uma pessoa muito próxima da minha família, tipo, sentimentalmente, sabe? Eu acho que a maioria... Eu creio que a maioria das Camgirls, por exemplo, (...) não se dá bem ou não se importa o que a família vai pensar, porque se eu fosse próxima da minha família e a gente tivesse um laço muito forte, fosse aquela família unida, com amor, eu não teria entrado, eu acho, porque eu ia ter muito medo de decepcionar [sic].

Nessa conjuntura, um contexto familiar desestruturado pode influenciar as mulheres a buscarem estratégias que proporcionem a eliminação dos aspectos aversivos presentes no contexto familiar, bem como procurar uma vida e condições melhores.

De acordo com Skinner (1979), a família comporta-se como uma agência educacional, ensinando para a criança os preceitos básicos e éticos durante a criação por meio da utilização dos reforços primários e também dos reforçadores condicionados, como a atenção, afeição e aprovação. O empenho para esse feito surge, muitas vezes, com função de que o indivíduo se converta em um membro útil no grupo.

Com efeito, isso pode ser observado na fala de P1:

(...) e a mesma coisa a minha mãe, né? Tipo, ela pegou e falou, não aceito que você tá trabalhando com isso, tal, e não sei o que. Mas tipo, até então, o que elas poderiam fazer, né? Porque, mano, é foda, sabe? Tipo, vou ficar o resto da minha vida, tipo, nas costas das pessoas, e elas sabem da minha dificuldade que eu tenho socialmente. [sic].

Em contrapartida, no discurso de P2, pode-se observar uma divergência referente ao contexto familiar, quando comparado ao das demais participantes:

Eu sempre tive uma abertura muito grande com a minha família, família eu falo mais a minha mãe e minha irmã, meus irmãos, é que tem mais contato. Então, quando aconteceu, eu tive problema com a minha cirurgia, de estar com muitas dívidas, a minha mãe não tinha condição de me ajudar. Então quando eu consegui ter essa possibilidade, eu conversei com a minha mãe antes. Então eu peguei essa abertura, né? Pra mim... Foi super tranquilo porque a minha mãe entendeu o porquê eu estava fazendo isso. Era mais uma questão de... Naquele momento ali era a melhor alternativa que eu tinha. [sic].

À vista disso, analisa-se que a família (mãe) se encontra sob controle do preconceito e dificuldade que P2 vivencia diante da realidade posta, como já supracitado na categoria anterior. Portanto, a concepção do que é certo ou errado sofre alterações devido à contingência do preconceito estabelecida, que se sobressai como uma problemática maior. Nesse sentido, Skinner (1979) argumenta que determinados comportamentos se classificam como bons ou certos, e outros como ruins ou errados, reforçados de acordo com a situação especificada no ambiente. Skinner (1971) afirma que o indivíduo está inserido em culturas que ensinam o que é bom e o que é ruim. Dessa forma, quando analisado pelo âmbito da ética skinneriana, o que é considerado bom é enaltecido, enquanto o que é considerado ruim, é punido. A definição de bom ou mal depende, portanto, da cultura em que está inserido e de quais práticas culturais estão vigentes nessa cultura.

Contudo, nota-se que a atividade de *Camgirl* cerca-se de ambientes e contextos punitivos, devido aos julgamentos e preconceitos, por ser um do ramo do mercado do sexo, sendo ditado como errado pela sociedade. Logo, ao encontrar-se nesse cenário, muitas mulheres escondem que ingressaram nessa profissão, justamente para evitar a punição que vem atrelada ao julgamento, principalmente da família, por ser essa uma subagência de controle. Skinner (1953) define as subagências de controle como grupos aos quais o indivíduo pertence, que também exercem controle sobre o comportamento dos indivíduos, estabelecendo um padrão que é considerado como certo ou errado; utiliza, de forma geral, parte das técnicas de diversas agências de controle ao mesmo tempo.

3.4 A contingência do anonimato

Caminhas (2021) afirma que uma estratégia comum, utilizada na prática do *Camming*, para manter o sigilo, é a criação de um personagem, de forma que as *Camgirls* podem separar o que consideram seu verdadeiro self de sua pessoa pública, utilizando fantasias, ocultando o rosto e até mesmo aderindo a outro nome nos sites. Diante disso, a possibilidade do anonimato permite que as mulheres levem uma “vida dupla”, como observado no relato de P2:

Como eu te disse, ser Camgirl te traz muito a possibilidade de ter uma vida dupla, porque muito, por exemplo, muitos camboys, muitas camgirls, quando são cis gêneros, eles têm a possibilidade de trabalhar CLT. Então, assim, muitos deles trabalham CLT e vão pro Camming bem pra tirar um extra. Muitas vezes vão pro Camming pra pagar faculdade... e no Camming você pode mentir tanto o lugar onde você mora, você pode bloquear a região que você mora, você bloqueia a cidade onde

...você mora e ninguém ali da sua cidade consegue achar o seu perfil. Você pode mentir o seu nome, sua idade, você não precisa falar sobre você, você pode criar um personagem e ter uma vida dupla, que é o que muita gente faz. [sic].

O anonimato também proporciona uma sensação de segurança para as *Camgirls*, baseado no reforço negativo relacionado às eventuais consequências aversivas que poderiam surgir se tivessem sua identidade exposta. Nesse sentido, esses aversivos podem desaparecer ou ser atrasados, o que aumenta a probabilidade de que tais comportamentos se repitam, como manter sua identidade no anonimato (LOPES e LAURENTI, 2015, SKINNER, 1969). Além disso, outro ponto relevante é a questão da interação social, que, na prática do *Camming*, atrelado ao anonimato, diminui significativamente, de forma que essa falta de interação social se torna reforçadora. Isso pode ser observado na fala de P1: *“Presencialmente é muito... eu nunca faria por... já que eu comecei a trabalhar nessa profissão justamente pra não ter que encontrar ninguém, entendeu?” [sic].*

Contudo, apesar de presente no relato das participantes, a segurança por trabalhar de casa e o anonimato, como um forte mantenedor da profissão, não se pode naturalizar e minimizar as violências sofridas dentro do próprio *Camming*, como pode ser observado no discurso de P3:

Porque tem gente que assiste a gente, a gente não sabe quem tá aqui, então as pessoas podem conhecer a gente e a gente não conhece ela de volta então isso fica nas nossas cabeças porque a gente tá pensando, meu Deus, alguém pode vir e fazer alguma coisa comigo tipo, me sequestrar sei lá e acaba tendo... a maioria das Camgirls tem síndrome do pânico tem ansiedade porque a gente não consegue sair de casa, a maioria não consegue sair de casa, até quem vende conteúdo não consegue sair de casa sem ter uma crise de ansiedade, então tem cara que sabe que a gente tem esse tipo de problema, que fica ameaçando, dizendo que vai procurar gente que sabe onde a gente mora, enfim. [sic].

Para Caminhas (2021), as *Camgirls* conseguem preservar sua privacidade, pois, como já supracitado, não precisam revelar seu nome, dados pessoais e nem mesmo o rosto. A maioria dos sites em que essas mulheres atuam se responsabiliza pelo pagamento. Assim, as *Camgirls* conseguem manter seu anonimato ao mesmo tempo em que garantem rendimentos, tornando as transações financeiras mais seguras e viáveis por não precisarem negociar diretamente com o usuário. Dessa forma, conseguem a garantia do pagamento e do anonimato, distanciando-se, por exemplo, de um programa característico da prostituição. Ademais, em situações em que a *Camgirl* se sentir desconfortável, é possível retirar e banir

pessoas das salas dos sites, o que permite um controle de seu espaço *online* e a evitação de agressões virtuais.

Diante dessa discussão, compreende-se que as ferramentas utilizadas na prática do *Camming*, a partir de tecnologias virtuais, como a possibilidade do serviço *online* e do anonimato frente à verdadeira identidade, exacerbaram a tendência de fuga e esquiva de eventos aversivos, permitindo, assim, uma esquiva mais rápida e de forma mais sutil daquilo que é aversivo em determinada situação (DAMINELLI, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de algumas dificuldades relacionadas à coleta de dados do presente estudo, foi possível obter o número mínimo necessário de participantes para a realização da pesquisa, bem como a obtenção dos resultados, sendo possível observar comportamentos suscetíveis de análise. Salienta-se que a pesquisa explorou compreender as mulheres na situação de escolha pela profissão de *Camgirl* de forma livre de julgamentos e preconceitos.

Diante do exposto apresentado no decorrer do estudo, levando em consideração os relatos das participantes, é inteligível que as mulheres ingressam no *Camming* a partir das expectativas de mudanças, em vista das adversidades vivenciadas. Nesse contexto, diante das análises, pode-se citar algumas contingências que controlam o comportamento de “escolha” das mulheres pela profissão, sendo elas: a privação econômica, os fatores de vulnerabilidade (sexualidade, transtornos mentais e até mesmo deficiências físicas), a falta de reforçadores familiares e também o anonimato.

Dentre esses fatores, os que mais surgiram nos relatos estão relacionados ao dinheiro, sendo a privação econômica atribuída como um grande motivo para o engajamento da profissão. Entretanto, Skinner (1979) argumenta que é muito raro um trabalhador que se mantenha em determinado emprego exclusivamente pelo dinheiro, pois existem diversos fatores envolvidos que também influenciam o comportamento.

Questões familiares e sua baixa taxa de reforço também são um fator relevante a ser considerado. Os relatos das participantes apontam muitas dificuldades na convivência do ambiente familiar. Fonai e Delitti (2007) verificaram que a ausência de afeto e de contato social pode se caracterizar como uma operação estabelecadora. Assim, entende-se que a prática do *Camming* pode ser caracterizada como um comportamento mantido por contingências de reforço negativo, ou seja, um conjunto de repertórios de fuga e/ou esquiva de ambientes aversivos, como o ambiente familiar.

Além disso, é válido ressaltar que as mulheres, na posição de escolha dessa profissão, vivenciam danos psicológicos, sociais e até mesmo sexuais. Ao voltar o olhar para as contingências de fatores de vulnerabilidade e também do anonimato, observa-se que o *Camming*, quando determinado como um trabalho/escolha, é automaticamente naturalizado, mascarando os reais problemas que as mulheres enfrentam dentro desse contexto. Isto é, banalizar o *Camming*, assim como a prostituição, e declarar que as mulheres o praticam por escolha é desprotegê-las e ratificar o patriarcado, retirando a visibilidade desse fenômeno como um problema de caráter social e político (SWAIN, 2004).

Em um viés analítico comportamental, quando se questiona se há possibilidade de admitir-se escolha pela profissão de *Camgirl*, justifica-se analisar a discussão proposta por Skinner (1971) de que o conceito de liberdade, nos moldes tradicionais, não existe. Baum (2019) argumenta que “ter escolhas” não tem relação com livre-arbítrio; significa apenas que mais de uma ação é possível. Partindo desse ponto, compreende-se que o indivíduo, em sua posição de escolha, encontra-se sob o controle das contingências presentes no ambiente. Em outras palavras, a noção de liberdade está atrelada à realização de escolhas genuínas e, para isso acontecer, é necessário que o grau de contingências reforçadoras positivas no ambiente seja maior que os aspectos aversivos (SKINNER, 1971).

Em suma, a atividade de *Camgirl* atualmente ainda é um ramo desconhecido no mercado do sexo, cercado de estereótipos e, principalmente, sem muitas pesquisas científicas e conteúdos que possam oferecer embasamentos mais elaborados. À vista disso, é notória a necessidade e relevância de ouvir e acolher as *Camgirls*, buscando compreender e auxiliar os problemas que a escolha dessa profissão podem acarretar para a vida das mulheres. Por fim, é profícuo haver, cada vez mais, a promoção de novos estudos em torno da prática do *Camming*, buscando oferecer maior visibilidade e conhecimento acerca desse tema, por exemplo, explorar mais a fundo as contingências reforçadoras no contexto dessa prática.

REFERÊNCIAS

APA. **DSM IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. (trad. D. Batista). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARBOSA, R. B. **Camgirl e a Uberização do Trabalho Sexual na Internet no Brasil**. XXXI CONGRESSO ALAS URUGUAY 2017. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/496280768/CAMGIRL-E-A-UBERIZACAO-DO-TRABALHO-SEXUAL-NA-INTERNET-NO-BRASIL#>>>. Acesso em 02 abril 2023.

BENNATTI, F. P. M. Pessoas com Deficiência e Empregabilidade. **Revista InterFaces**, 28 set. 2021, p. 96 - 114. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210928090844.pdf . Acesso em: 22 de out. 2023.

BERGAMASCO, A. S. **A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E DA SUA SEXUALIDADE NA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA CONTEMPORÂNEA**. Universidade Estadual de Maringá, Simpósio Internacional de Educação Sexual. 2015. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/596.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BERNARDI, B. L. **Estigma, sentido e saúde em trabalhadoras sexuais: uma perspectiva psicossocial**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26205>>. Acesso em 16 abr. 2023.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

_____. **Projeto de Lei Gabriela Leite**. 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CAMINHAS, L. R. P. Webcamming erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. **Revista De Antropologia**, 64(1), e184482. 2021. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/184482>>. Acesso em: 02 abril 2023.

CAMPOS, L. V. "Cisgênero e Transgênero". **Brasil Escola**. 2018. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sexualidade/cisgenero-transgenero.htm>>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília : MTE, SPPE, 2010.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. – **CLT e normas correlatas**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

DAMINELLI, I. G. **As críticas de B. F. Skinner ao mundo moderno: tecnologias virtuais contemporâneas**. VII CIPSI. Maringá: 2018.

FERNANDES, C. R.; DITTRICH, A. (2018). Expanding the behavior-analytic meanings of “freedom”: the contributions of Israel Goldiamond. **Behavior and Social Issues**, 27, 4-19.

FONAI, A. C. V.; DELITTI, M. Algumas contingências mantenedoras do comportamento de prostituir-se. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 103-113, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2023.

FONTANA, J. **Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura**. Londrina, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEÃO, M. F. F. C.; LAURENTI, C. **Uma análise do modelo de explicação no behaviorismo radical: o estatuto do comportamento e a relação de dependência entre eventos**. Interação em Psicologia, Curitiba, out. 2009. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/12462>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LOPES, C. E. Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-13, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 abr. 2023.

LOPES, C. E.; LAURENTI, C. **Cultura, democracia e ética: reflexões comportamentalistas**. Editora SciELO - EDUEM, 2015.

MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. Revista Periódicus, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 132–153, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17181. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MEIRELLES, F. A. **Considerações sobre Trabalho na perspectiva da Análise do Comportamento**. Curso de Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

MEYER, S. B. et al. **Terapia analítico-comportamental: relato de casos e de análises**. São Paulo: Paradigma Centro de Ciências do Comportamento, 2015.

REIS, C. S. & Laurenti, C. (2019). Uma interpretação relacional da noção de atividade no comportamentalismo radical. **Acta Comportamentalia**, 27(1), 91-107.

SILVA, E. C; LAURENTI, C. B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: "a mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. **Perspectivas**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 197-211, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482016000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 abril 2023. <http://dx.doi.org/10.18761/pac.2016.009>.

SILVA, P. N; PRAIS, F. G. & SILVEIRA, A. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. Ciência & Saúde Coletiva, 2015 p. 2549–2558. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.17802014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Mmjpyg5Ks9BPNtStrwCzChR/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 22 de out. 2023.

SKINNER, B. F. **Verbal Behavior**. Copley Publishing Group. 1957.

_____. **Contingencies of reinforcement**. A theoretical analysis New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

_____. **O mito da liberdade** (L. Goulart & MLF Goulart, trads.). Rio de Janeiro: Bloch. (Originalmente publicado em 1971), 1973.

_____. **Ciência e Comportamento Humano**. 11.ed. São Paulo: Martins. (Originalmente publicada em 1953), 1979.

_____. **Para Além da Liberdade e da Dignidade**. Lisboa: Edições 70. 1º ed. 1971.

_____. **Sobre o Behaviorismo**. Editora Cultrix. São Paulo, 1974. Disponível em: <<https://aweafs.files.wordpress.com/2013/08/skinner-burrhus-sobre-o-behaviorismo.pdf>>. Acesso em 14 abr. 2023.

_____. Selection by consequences. **Science**, New Series, v. 213 (4507), p. 501-504, 1981. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.7244649>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. Seleção por consequências. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.** São Paulo, v. 9, n. 1, p. 129-137, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2023.

SOUSA, A. C. A. Transtorno de Personalidade Borderline sob uma perspectiva analítico funcional. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.** São Paulo, 2003, vol. V, nº 2, 121-137. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000200004>. Acesso 22 out. 2023.

SOUZA, H. A. et al . Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. **Cad. psicol. soc. trab.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 175-188, dez. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2023.

SWAIN, T. N. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. **Revista Unimontes Científica**, 2004. v. 6, n. 2, p. 23-28. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2440>. Acesso em: 23 out. 2023.

TODOROV, J. C. **Comportamento e cultura: análise de interações**. Brasília, DF: Technopolitik, 2020.

ZIN, G. de O.; GAMA, V. D.; REIS, M. de J. D. dos. Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 007-024, 2022. DOI: 10.18761/DH000167.set21. Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/867>. Acesso em: 22 out. 2023.